Breve panorama das concessões dos serviços turísticos nos parques nacionais do Brasil.

Paula Normandia Moreira Brumatti[1]
Kerlei Eniele Sonaglio[2]

Resumo

Apesar do reconhecimento internacional sobre o potencial brasileiro para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas, a efetividade desse processo depende diversos fatores de políticas públicas adequadas. Com este intuito, o governo brasileiro vem estruturando e promovendo as concessões dos serviços turísticos em parques nacionais, por meio de parcerias com a iniciativa privada. Embora esse modelo seja comumente adotado por diversos países, a sua capacidade de respostas envolve uma série de elementos estruturais e dinâmicos dependentes dos contextos políticos, sociais, econômicos e ambientais de cada lugar. Assim, este estudo pretende caracterizar e sistematizar dados atualizados referentes aos parques nacionais sob o regime das concessões, bem como identificar publicações acadêmicas-científicas que abordam o tema no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa e descritiva baseada em dados disponíveis nas plataformas do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (dados.gov.br) e de comunicações oficiais dos *websites* destes ministérios e do Ministério do Turismo. Para a sistematização das publicações utilizou-se o método *Knowledge Development Process/Constructivist* (Esslin *et al*., 2010). Verificou-se que ainda não há uma política específica para a concessão de serviços turísticos em áreas protegidas no Brasil, estando o processo baseado nas leis gerais de licitação e concessão. A prioridade de implantação das parcerias tem ocorrido nos parques que já apresentam um significativo fluxo turístico estando concentradas em áreas próximas a destinos turísticos reconhecidos. Atualmente são sete os parques com contratos firmados, com prazos que variam entre 10 a 25 anos, e o mercado tem ficado restrito a basicamente dois grupos de empresas. Ainda há uma carência de estudos que tratam desse tema específico, mas, embora a maioria ressalte a importância econômica desse arranjo, as pesquisas identificam lacunas do programa acerca do processo participativo de comunidades locais, da resolução de conflitos, do papel do Estado na garantia do patrimônio público ambiental e da promoção do desenvolvimento local. Conclui-se que a capacidade de resposta do modelo de concessões envolve mais do que recursos financeiros e administrativos exigindo a consideração dos múltiplos elementos e suas relações que compõem um sistema complexo, integrado e dinâmico.

Palavras-chave: Concessões; turismo; áreas naturais protegidas; capacidades.

[1] Doutoranda do Programa de pós-graduação em Turismo- UFRN. Mestre em Cultura e Turismo- UESC. Bacharel em Turismo – PUC-Campinas. Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8162160743491260.

[2] Doutora e Mestre em Engenharia Ambiental- UFSC. Bacharel em Turismo- ASSESC. Professora Associada no Centro de Excelência em Turismo – UNB. Professora do Programa de Pós-graduação em Turismo- UFRN. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1823313556538300.